

# O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 772 - 3 a 17 de setembro de 2015

Manifestação no Rio de Janeiro, 20 de agosto



## DILMA, CONTRA A CRISE, HÁ UMA SAÍDA!

### Luta de Classe

Servidores do RS  
em greve unitária  
pág. 6

### Ajuste fiscal

Desemprego cresce  
aceleradamente  
pág. 8

### Sindical

Os desafios do  
CONCUT  
pág. 10

### Internacional

O drama dos migrantes  
na Europa  
pág. 11

# Chacina de Osasco

## Tragédia reafirma a urgência da desmilitarização da PM

No dia 13 de agosto, ocorreu uma série de ataques em Osasco e Barueri. (na grande São Paulo), que deixou 19 mortos, 6 feridos. Os ataques indignaram toda a população pela brutalidade e expuseram a barbárie praticada pela PM de Alckmin (PSDB) contra moradores da periferia.

A chacina ocorreu uma semana depois que um cabo da PM foi assassinado durante um assalto em Osasco. Júlio Cesar Fernandes Neves, ouvidor da Polícia, disse que “as imagens em poder da Secretaria da Segurança mostram que os participantes da chacina seguiram procedimentos adotados pela PM” (O Globo, 17/08). Longe de ser um “desvio” de conduta de certos policiais, a violência é uma ação calculada e cotidiana. O principal alvo dos PMs são jovens (até 34 anos) negros – eles representam mais de 90% das pessoas mortas “em confronto” com

a PM nos últimos 3 anos (dados da Ouvidoria da PM). Um verdadeiro genocídio contra a juventude negra que mora na periferia. Assim, não é coincidência que dentre os 19 mortos da chacina de Osasco e Barueri, ao menos 16 tivessem esse “perfil”.

Também revoltou o modo como as famílias foram tratadas. O corpo de um dos jovens assassinados ficou na rua por mais de 12 horas esperando a ação das “autoridades”. Já passava das 10 horas da manhã do dia seguinte à chacina, quando o carro do IML recolheu a vítima. A mãe de Fernando Luiz de Paula, um dos jovens executados, expressou sua descrença na Justiça: “Só sei que meu filho morreu. Não vou usar camiseta com a foto dele, não vou pedir justiça. Vou continuar meus corcos porque sei que ninguém vai me ajudar”.

A investigação (feita pela PM) ex-

pôs dados completos de testemunhas que depuseram contra PMs suspeitos de terem participado da chacina. Uma delas foi um tenente da reserva que afirma ter sofrido ameaças de morte: “Meu depoimento foi completamente distorcido. Meu nome foi vinculado como parte, não como testemunha” (FSP, 02/09).

### A PM mata

A participação de policiais militares em chacinas desse tipo é frequente: “nas cinco principais chacinas registradas na capital paulista desde 2013, onde morreram 42 pessoas, existe a suspeita da participação da polícia. Em abril, policiais militares são suspeitos de participar da execução sumária de oito pessoas que participavam de uma festa na sede da torcida Pavilhão 9, do Corinthians” (FSP, 14/08). Em 2014, segundo

a Ouvidoria de Polícia de SP, 801 pessoas (a esmagadora maioria na periferia), foram mortas pela polícia.

Enquanto as famílias de Osasco afirmam sentir medo da polícia, a PM de Alckmin é acionada para ir à av. Paulista fazer a segurança do boneco inflável de Lula, vestido de presidiário. Ao final de um minúsculo ato no dia 29/08 contra a “corrupção”, organizado pelo Movimento Brasil, ouvia-se a palavra de ordem: “viva a PM!” Nos atos apoiados, pelo PSDB, contra Dilma, não é raro ver cartazes de “não à desmilitarização”.

Não há outra saída para o fim da violência senão a desmilitarização. A polícia não pode mais ficar nos moldes definidos pela ditadura de 1964.

Francine Iegelski

## PM do Rio barra jovens negros nas praias

### Uma blitz intercepta ônibus e retira os adolescentes



No dia 30, dezenas de negros são revistados em Copacabana

No final de semana de 22 e 23 de agosto, 160 jovens, a maioria menor de idade, foram detidos pela PM do RJ sem motivo. Todos tinham duas coisas em comum: queriam se divertir nas praias da zona sul da capital carioca e eram negros e pobres. Uma blitz da PM barrava os ônibus antes de chegarem à praia, e fazia os adolescentes descerem e entrar em viaturas, levando-os ao Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente.

A PM disse que agia para “conter arrastões”. O racismo da PM chocou a população. Já o governador do Rio, Pezão (PMDB), defendeu a PM: “A inteligência da polícia mapeou esse movimento de menores desde seu embarque nos ônibus. Quantos

assaltos praticaram esses menores?”. José Mariano Beltrame, secretário de Segurança Pública do RJ, foi de um cinismo atroz: “Não se fala em racismo, não se quer dizer que esses jovens iam praticar crimes. A questão é a seguinte: a liberdade de ir e vir também exige deveres. Se você quer ir, estava indo sem pagar passagem. Você sai da sua casa que fica há quilômetros sem comer, sem dinheiro e vai voltar pra casa como?”. Essa operação absurda quer inaugurar uma série de outras medidas de “segurança pública” no Rio, antes das Olimpíadas de 2016, para proteger os turistas e os moradores da parte mais rica da cidade dos “meninos que descem o morro para o asfalto”.

## A que serve incentivar o uso das drogas?

### No STF ministro Gilmar Mendes vota pela descriminalização

O Supremo Tribunal Federal começou a julgar a inconstitucionalidade de um artigo da Lei Antidrogas de 2006. O centro da discussão é se o porte de drogas para consumo pessoal continuará sendo crime.

Gilmar Mendes, relator do processo, votou pela descriminalização no dia 20 de agosto. Ele não se pronunciou sobre os critérios de diferenciação entre usuários e traficantes, que não necessariamente serão definidos nesse julgamento.

O artigo 28 diz que quem portar drogas ou plantar em casa tem que sofrer advertência sobre os efeitos das drogas, prestar serviços à comunidade e comparecer a programa educativo. E que o juiz determinará ao Poder Público que ofereça tratamento especializado gratuito.

Em seu voto, Gilmar afirma que “se trata de uma punição desproporcional do usuário, ineficaz no combate às drogas” (Agência Senado). Mas está claro que a questão de fundo é a liberalização do uso. Afinal, é apelação dizer que as penas previstas, descritas acima, são desproporcionais.

É justo diferenciar o usuário do traficante e não submetê-lo à mesma pena. Quem usa drogas não têm que sofrer a repressão e ir para a cadeia, enquanto aguarda meses pela chance de passar por um juiz

que vai dizer se o porte era para uso pessoal ou para venda.

Mas como é possível dizer que a criminalização ao uso é contrária ao combate às drogas, se é do consumo que vem o dinheiro que financia toda a cadeia do tráfico? Dinheiro que só vai aumentar com a descriminalização do uso.

A droga é um importante braço de sustentação do capitalismo. Segundo a ONU, as drogas geram cerca de 1 trilhão de dólares por ano! Foi esse dinheiro que salvou o sistema financeiro da crise em 2008. Por isso, nas últimas décadas, houve uma ampliação gigantesca da produção e do incentivo ao consumo de drogas.

De 1980 a 2007 a produção de cocaína cresceu 562%; a de ópio, 843%; a de drogas sintéticas “cresceu maciçamente” a partir de 1990 (de acordo com a ONU). Tudo isso organizado pelo imperialismo, que infiltra droga para decompor os trabalhadores e a juventude. É por isso que nos últimos anos a palavra de ordem de porta-vozes do imperialismo, como Bill Clinton, é a da legalização ou descriminalização. O voto de Gilmar Mendes é, por isso, coerente com o fato de que ele é um fiel representante da burguesia no STF.

# O verdadeiro rombo

A decisão do governo de enviar ao Congresso proposta de Orçamento deficitário para 2016 é motivo de alarde para os pregadores do ajuste fiscal, que se quer fazer em detrimento das condições de vida do povo. Todo alarde se dá em função do rombo de cerca de 30 bilhões no Orçamento e dos meios de resolvê-lo. Desde que Dilma, reeleita, colocou Joaquim Levy no comando da economia, só se cogita como penalizar ainda mais quem já está sendo penalizado, o povo trabalhador. Aí está o verdadeiro rombo promovido na nação.

De janeiro a julho, mais de 500 mil postos de trabalho foram fechados. A renda média do trabalhador não para de cair, e agora, para manter seu emprego, o trabalhador é empurrado a engolir a redução do salário, como nas montadoras que anunciam demissões para impor o Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

Municípios começam a demitir e cortar direitos. Estados parcelam o pagamento de salários, o que tem levado servidores à greve, como no Rio Grande do Sul.

O governo se prepara para ir mais fundo, com o ajuste estrutural previsto no plano Renan-Levy.

Em entrevista ao O Estado de S.Paulo, a presidente Dilma falou sobre a reforma da Previdência: "Teremos que encarar, mais cedo ou mais tarde, essa situação. Quanto mais tar-

de, pior para o país", e completou "Nós não queremos ser uma Grécia, queremos?"

Não, os trabalhadores brasileiros, a maioria do povo, não quer ser empurrada para a tragédia que se abate sobre o povo grego. Não porque gastou demais, mas pela pilhagem que

## CHEGA DE CHICOTE NO LOMBO DO TRABALHADOR

vem sendo imposta ao país pela especulação financeira!

Os trabalhadores brasileiros, com suas organizações, estão dizendo que não aceitam também o confisco do mandato de proteção de seus empregos, direitos e conquistas que acreditavam manter ao reeleger Dilma. Foi o que disseram as manifestações de 20 de agosto: abaixo o plano Renan-Levy!

Não há nada mais urgente, é preciso que o governo mude de política econômica para tampar o rombo que sacrifica os trabalhadores e a nação e frear a ofensiva da direita que, num "morde e assopra" em relação ao governo, quer mesmo é empurrar o país para a mesma tragédia que aflige o povo grego e todos os povos, com os planos de austeridade para os trabalhadores, mas de "prosperidade" para a especulação financeira. Não queremos

que aconteça com o PT o que aconteceu com o Pasok (Partido Socialista da Grécia), que aplicou os planos de austeridade, inclusive atacando a previdência, e foi abandonado por sua própria base.

Nada de reforma da previdência, implicando nela, inclusive, as centrais sindicais, como pretende o governo. Chega de chicote no lombo do trabalhador!

Esse recado vem sendo dado à presidente Dilma, por aqueles que a reelegeram, desde janeiro de 2015.

Um recado que foi dado também à direção do PT, inerte frente à ofensiva contra nosso partido e coadjuvante do governo na política do ajuste fiscal.

Continua na ordem do dia o manifesto dos sindicalistas petistas que dirigem a CUT, distribuído no 5º Congresso do PT, em junho. O manifesto condena a política "regressiva e recessiva" e exige a mudança da política econômica.

Ele tem sido um instrumento para discussões entre sindicalistas petistas, nas quais o Diálogo e Ação Petista está engajado. Atual, esse manifesto que clama pelo "PT de volta para a classe trabalhadora", pode ensejar um encontro de sindicalistas do PT, como foi proposto em um debate em São Paulo. Um passo à frente, também, na luta para fazer valer o mandato popular vitorioso nas urnas.

### DE PAI PARA FILHO

A Caixa Econômica Federal (CEF) aumentou juros e criou outras dificuldades para os pequenos empréstimos imobiliários e, ao mesmo tempo, vai cobrar juros de 1,4% e 0,83% em empréstimos para a indústria automobilística. O dinheiro será extraído do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do FGTS. Ou seja, dinheiro do trabalhador para financiar as multinacionais. Empréstimo de "pai para filho": as montadoras que o tomarem não são obrigadas a nenhuma contrapartida, como serem proibidas de demissão.

### DIFICULDADES NO FGTS?

Essas medidas são contraditórias e mostram a falsidade do discurso que diz que o FGTS está em dificuldades financeiras para suas obrigações com trabalhadores e aposentados.

### LUCROS DA EMPRESAS NA BOLSA

Os ganhos no segundo trimestre deste ano das empresas brasileiras listadas em bolsa superaram os lucros registrados no mesmo período do ano passado. Este ano, as 321 companhias abertas acumularam lucro de R\$ 41,9 bilhões, ante R\$ 36,5 bilhões do ano anterior, um avanço de R\$ 5,4 bilhões, ou 14,75%.

### BANCOS SÃO OS QUE MAIS LUCRAM

O setor bancário liderou os lucros no segundo trimestre deste ano e somou R\$ 19,1 bilhões, contra R\$ 13,3 bilhões em 2014, uma alta de R\$ 5,7 bilhões, ou 43%. O lucro do segmento, formado por 26 instituições, foi puxado pelo forte crescimento do Santander de abril a junho, de R\$ 3,3 bilhões.

### DEMISSÕES NA INDÚSTRIA QUÍMICA

Apenas no ano de 2015 mais de 1400 empregos foram fechados na indústria química do ABC paulista. O principal setor atingido é o da indústria de plásticos, principalmente ligado ao setor automotivo. Outro dado alarmante é a enorme rotatividade, que gira em torno de 30%.

### SEGURANÇA DO TRABALHO X CONGRESSO NACIONAL

O deputado Silvio Costa (PSC-PE) apresentou projeto de lei propondo a extinção da Norma Regulamentadora 12 (NR12) que trata da segurança do Trabalho no setor de máquinas e equipamentos. Neste setor, entre os anos de 2011 e 2013, foram registrados 172 mil acidentes e 358 mortes de trabalhadores. E o deputado quer flexibilizar mais!

## Memória

### PT MOBILIZA CONTRA CONDENÇÃO DE LULA

Está marcado para o próximo dia 2 de setembro o julgamento, pelo Supremo Tribunal Militar (STM), do recurso impetrado por Lula, Zé Maria e mais nove sindicalistas da região do ABC paulista condenados no início do ano pela Auditoria Militar a penas de 2 e 3 anos e meio de prisão por sua participação na greve dos metalúrgicos da região no ano passado. Como forma de pressionar e exigir sua absolvição, o Partido dos Trabalhadores, em São Paulo, está convocando um ato público a ser realizado na Assembleia Legislativa no dia 1º. Além disso, a direção estadual está orientando os diversos núcleos e diretórios a enviarem telegramas ao STM (...).

O Trabalho nº 120 - 26/8/1980



### Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: [www.otrabalho.org.br](http://www.otrabalho.org.br)

Arte: Mariana Waechter

Facebook: [www.facebook.com/jornalotrabalho](http://www.facebook.com/jornalotrabalho)

# A crise dos Estados

## Política de ajuste deteriora ainda mais a situação

A situação financeira dos Estados - que já é bastante ruim pois seus orçamentos são enquadrados pela política do superávit com sua Lei de Responsabilidade Fiscal - agora está à beira do colapso, com a implantação da política de ajuste fiscal promovida pelo ministro Joaquim Levy.

Com a recessão, há quatro meses seguidos cai a arrecadação. Em julho de 2015, foram 3,13% a menos do que no mesmo mês de 2014. De outro lado, apenas com o aumento dos juros, a dívida pública do país já cresceu 100 bilhões de reais nesse ano.

A queda na economia atinge a arrecadação e aprofunda os problemas enfrentados por Estados e municípios, que também veem reduzidos repasses federais. (sobre situação dos municípios ver pag.8).

Assim, além do aumento do desemprego e da pobreza, o cenário aponta para a piora acentuada dos serviços públicos e do ataque aos direitos dos servidores.

Os Estados sofrem as consequências da queda de arrecadação, das isenções fiscais tanto da União como da sua arrecadação própria (ICMS, ISSQN, etc.). E sofrem também com a falta dos recursos concedidos atra-

vés de isenções, fruto da guerra fiscal, da Lei Kandir, entre outras políticas de concessões públicas.

### Herança de FHC

Em 1997, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), houve a renegociação da dívida dos Estados. Assim, dívidas, majoritariamente contraídas durante o período da ditadura e em condições extremamente nebulosas, jamais questionadas, foram reconhecidas e entraram de conjunto na tal renegociação que, na época, somavam R\$ 93 bilhões. Os contratos assinados contêm cláusulas claramente políticas, por exemplo: caso o Estado aceitasse privatizar "seu" banco estadual, recebia benefícios no acordo. As regras de indexação (correção) que pareciam ser boas para aqueles dias, com o passar do tempo mostraram-se desastrosas, claro, para os devedores.

A baixa da inflação associada à escalada dos juros turbinaram o saldo a pagar. O que não é pago vira dívida que também passa a ser taxada. Virou uma bola de neve.

Assim, desse montante, até dezembro de 2011 haviam sido pagos R\$ 158 bilhões. No entanto, suas cláusulas e seu índice de correção,

fazem com que, em maio de 2015, ainda se deva R\$560,3 bilhões (valores atualizados para as dívidas dos Estados e municípios - dados do Banco Central).

A distribuição da dívida não é homogênea. Se todos os Estados têm dívida, os mais endividados são: São Paulo - 222,6 Bilhões, Rio de Janeiro - 70,8 bilhões, Minas Gerais - 88,8 bilhões e Rio Grande do Sul - 51,6 bilhões. Em outros, a relação dívida/PIB é extremamente elevada. É o caso de Alagoas - 8,5 bilhões, Goiás - 17,4 bilhões, Mato Grosso do Sul - 7,2 bilhões. Esses sete Estados representam 83% de toda a dívida entre os 26 Estados e DF.

### RS, ponta do iceberg

A crise enfrentada pelo Rio Grande do Sul é o prelúdio de uma crise bem maior (ver pag.6). Sergipe e Mato Grosso do Sul não pagaram as suas parcelas de julho. Tiveram seus fundos federais bloqueados por vários dias. Nos próximos meses o quadro tende a se agravar. Outros Estados devem ser atingidos.

Em caso de atraso a retaliação é imediata: a União passa a reter todos os repasses federais e, caso necessário, bloqueia as contas do Estado e

confisca todos os recursos que entrem em suas contas até que o valor da parcela mensal seja "quitado".

O Congresso aprovou uma lei que revê o indexador das dívidas e que deverá entrar em vigor em 2016. No que diz respeito ao seu impacto, cada caso é um caso. No geral, a mudança de índice diminuirá o montante da dívida. Aliviaria a situação se a lei entrasse em vigor imediatamente.

O Rio Grande do Sul, que teve suas contas bloqueadas em agosto e setembro, é apenas a ponta do iceberg de uma situação que atinge o conjunto dos Estados da federação. Uma situação que coloca os servidores na linha de frente de uma batalha para proteger os orçamentos e serviços públicos.

E aqui é preciso ficar atento para evitar as falsas saídas. Como a proposta, tomando novamente RS como exemplo, da OAB e entidades patronais que tentam comprometer a CUT e os sindicatos com uma campanha "mais gestão e menos impostos" o que, para eles, é mais privatização, enxugamento da máquina pública, etc. Portanto mais ataques aos serviços e servidores públicos.

Laércio Barbosa

# A Lava Jato já estava sendo preparada?

## Monitoramento dos EUA sobre a Odebrecht a serviço de interesses econômicos

Salta à vista que a operação comandada pelo juiz Sérgio Mouro, além de vetor para a destruição do PT, visa atingir a Petrobras, para facilitar o trabalho das multinacionais petrolíferas que querem abocanhar a riqueza do Pré-Sal. Mas outros interesses econômicos podem estar movendo esse pretense combate à corrupção.

Recente artigo do jornal britânico "The Economist" sobre a Odebrecht, publicado no jornal O Estado de S.Paulo, fala da "gigante da construção civil atingida por acusações de corrupção". Como se sabe, a Odebrecht é a principal empreiteira na mira da Lava Jato, está "no olho do furacão do escândalo do Petrobras", como diz o jornal britânico, que dá o tamanho da "gigante".

"A companhia foi pioneira no processo de internacionalização das empresas brasileiras e atualmente obtém metade de seu faturamento no exterior", emprega 181 mil trabalhadores em 21 países e teria sido beneficiada com "a enxurrada de investimentos



Obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) paralisadas

em infraestrutura realizada durante o governo Lula".

Aí as coisas começam a fazer sentido. Em julho, telegramas confidenciais revelados por Wikileaks davam conta do interesse do Departamento de Estado dos Estados Unidos na movimentação da Odebrecht.

Não se trata de defender a disputa de mercado das empresas capitalistas, mundo afora. Mas é forçoso reconhecer que o imperialismo, o mais poderoso do mundo, poderia estar incomodado em perder fatias do mercado.

### Monitorando passo a passo

Segundo os telegramas, a diplomacia estadunidense monitorou os negócios da empreiteira no exterior e apontou suspeita de corrupção em obras da empresa, em vários países, durante o segundo mandato de Lula.

Em 2007, a embaixada dos EUA em Angola monitorou a viagem de Lula ao país e informa em telegrama ao Departamento de Estado que "a vista de Silva (Lula) ajudou a concluir um acordo" da "gigante construtora brasileira, Odebrecht,

para construir uma usina capaz de produzir não apenas etanol para exportação, mas gerar 140 megawatts de eletricidade por ano".

Em outubro de 2008, em telegrama, a embaixada dos EUA no Equador informa que "apesar de não termos informação de bastidores, o posto ouviu alegações com credibilidade de corrupção".

Um ano depois é a vez da embaixada do Panamá alertar o governo estadunidense de que um "escândalo de corrupção estava prestes a eclodir, envolvendo a Odebrecht".

Proliferam telegramas sobre a relação do governo Lula com o governo Chávez, envolvendo a Odebrecht. Um deles com alerta dado pelo então senador Heráclito Fortes (DEM) ao embaixador dos EUA Clifford Sobel.

Só quem acredita em conto de carochinha pode acreditar que o Departamento de Estado dos EUA estaria preocupado em combater a corrupção!

# AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



## LANÇADA A PROPOSTA DE UM ENCONTRO DE SINDICALISTAS DO PT

Foi essa a conclusão do debate com dirigentes sindicais na sede do DM-SP

Neste momento recrudescer a ofensiva da reação explorando as consequências da “guinada” do governo Dilma e a paralisia do PT.

Em 19 de agosto, com o apoio do Diálogo e Ação Petista da capital paulista, sindicalistas petistas discutiram a situação do partido, tendo por base o manifesto “O PT de volta para a classe trabalhadora”, distribuído no 5º Congresso do PT, encabeçado pelos membros petistas da Executiva nacional da CUT. As intervenções destacaram a grave situação do partido, o choque do governo Dilma com as expectativas dos que a reelegeram e o papel que podem jogar os sindicalistas para fazer frente a essa situação. A conclusão foi a proposta de um encontro nacional de sindicalistas petistas (ver abaixo).

Na abertura do debate, João B. Gomes destacou que o manifesto dos sindicalistas “continua atual, pois precisamos nos apropriar do PT e trazer ele de volta para a classe, que é quem sofre com as medidas de ajuste”, e colocou a necessidade de “pensarmos juntos como levar essa discussão para dentro dos diretórios, para o PT”.

Para Douglas Izzo, o PT sofreu um processo de burocratização e “está organizado para ganhar eleições, se distancia do debate político com sua base social. Nesse



Mesa (esq.p/dir.): Juvandia Moreira (Presidente Sindicato dos Bancários SP), Sérgio Antiquiera (Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de SP), Douglas Izzo (Presidente da CUT SP, coordenador da Macro Alto Tietê do PT); João B. Gomes (Executiva CUT-SP e membro da Coordenação municipal do DAP), Cibele Vieira (Sindicato dos Petroleiros de SP) e Lício Lobo (Sindicato dos Arquitetos de SP)

momento de crise e de ataques ao PT, nós do movimento sindical temos de ocupar nosso lugar, fazer o debate de acordo com a pauta da classe trabalhadora”.

Sérgio Antiquiera ressaltou: “a gente elegeu a Dilma e logo no início do mandato recebemos uma porrada do governo, que são as MPs”.

“O PT está sob ataque cerrado, o momento mais duro de sua história, com a burguesia cercando o partido para sua aniquilação e, ao mesmo tempo, vemos o PT com uma inabilidade muito grande de enfrentar a crise”, disse Lício Lobo.

Juvandia Moreira, se referindo às mobilizações encabeçadas pela CUT no primeiro semestre, lembrou que “no dia 13 (de março) sofremos a maior

pressão do governo e do PT, para não irmos à rua. Eu tenho claro que a política econômica gera recessão. O Levy é um cara dos bancos, eles querem mesmo a recessão e o desemprego, para fazer o ajuste da massa salarial do custo do trabalho. O que eles querem é ajustar o custo do trabalho a partir da recessão. Isso é o que os economistas dos bancos defendem há bastante tempo, pena que é o nosso governo que está fazendo essa política”.

Trazendo a luta dos petroleiros para a pauta, Cibele Vieira afirmou que “a dificuldade é muito grande, não só na questão das alianças que o PT fez, mas também nas lutas, em particular junto a um público mais jovem. Nós

petroleiros combatemos o projeto do Serra que é entrega do Pré-Sal, mas tem também o desmonte da Petrobras, que até 2018 quer vender 30%. E isso não é o PSDB, mas o governo do PT fazendo. Vamos deixar privatizar? Não vamos, não foi esse projeto que a gente elegeu”.

Depois das falas dos membros da mesa, diversos companheiros tomaram a palavra, reportando lutas como a que barrou, pela 4ª vez, o pregão da privatização da funerária municipal, pretendida pelo prefeito petista Fernando Haddad.

### CONTINUAR A DISCUSSÃO

Ao final dos debates, por unanimidade, os presentes adotaram uma moção “Aos 31 companheiros petistas da Executiva Nacional da CUT”. Reunidos em 19/08/15 em São Paulo discutimos o Manifesto de Sindicalistas CUTistas e PeTistas ‘O PT de volta para a classe trabalhadora’ apresentado aos delegados do 5. Congresso Nacional do PT. E sugerimos aos companheiros a convocação de um Encontro Nacional de Sindicalistas do PT onde possamos continuar a discussão proposta neste Manifesto”

## EM MINAS, UM PASSO À FRENTE

Encontro estadual reúne petistas de sete cidades

Em 15 de agosto, o DAP realizou, em Belo Horizonte, uma atividade estadual, com a presença de 32 petistas de diferentes origens no PT. Na pauta: conjuntura, a situação do partido; calendário de luta e organização do DAP.

Os vereadores Arnaldo Godoy (BH) e Betão (JF), o secretário geral do PTBH, Arco Verde e o vice-presidente da CUT-MG, Carlos Magno abriram a discussão.

Carlos Magno disse ser incompreensível os parlamentares com origem no movimento sindical “dialogarem” com o ajuste fiscal do governo Dilma. E colocou a necessidade dos sindicalistas estarem mais presentes no PT, sugerindo realizar um encontro nacional de sindicalistas petistas, reivindicando o Manifesto distribuído no 5º Congresso do PT.

Arnaldo Godoy saudou poder discutir com militantes de posições diferenciadas,

e disse que PT fez muitas concessões e que o governo Lula não enfrentou o sistema financeiro.

Para Arco Verde há uma inversão do que deveria ser o mais lógico: não é o partido que dá a linha de governo, ele é apenas um “adesista” do que faz o governo.

Betão concentrou a fala sobre o ajuste fiscal como “uma política exigida pelo imperialismo”, a política dos derrotados nas eleições e que se não for corrigida levará o confronto do governo Dilma com sua base social.

Num rico debate, várias intervenções destacaram que a paralisia do partido só faz aumentar a sua crise.

Entre as conclusões, com destaque para a defesa da Petrobras, foi decidido realizar atividades em Belo Horizonte e Juiz de Fora. Ao final foi eleita uma coordenação estadual.

## “TEMOS QUE DEFENDER O PARTIDO”

Na Paraíba reunião do DAP tira atividade

Na sede do PT de João Pessoa (PB), dirigentes sindicais, entre eles o presidente da CUT-PB, Paulo Marcelo, e petistas de diferentes origens reuniram-se no último dia 26 para discutir a conjuntura, depois dos atos de 16 e 20 de agosto e construir atividades em defesa do PT. A Declaração do Comitê nacional do DAP e o Manifesto de sindicalistas, encabeçado pelo dirigentes da CUT, foi distribuído a todos os presentes.

Numa livre discussão todos puderam expressar suas preocupações e pontos de vista. Um companheiro destacou estar “feliz que grupos como esses puxem discussões; temos que forçar o partido para retomar o seu rumo; enquanto estivermos parados continuaremos sofrendo”. “Estamos

sentindo o efeito do distanciamento das bases com a política desenvolvida nos últimos anos que fez o PT se acomodar como sistema eleitoral que privilegia o financiamento privado; queremos outra política econômica”, disse outro presente. “Se temos vontade de mudar, temos que escutar as bases do partido; com todas as críticas que tenho ao sindicato, defendo o sindicato até o fim Não quero defender a direção, mas o PT. Temos que defender o partido”, registrou um companheiro sindicalista. A final foram criadas comissões para encaminhar duas atividades, uma delas é organizar uma plenária que discuta o PT de volta para a classe trabalhadora.

# Servidores gaúchos fazem nova greve

## Política recessiva de Levy aprofunda crise no RS

No dia 29, de agosto todos os servidores públicos estaduais do poder executivo tiveram seus salários limitados a R\$ 600. Confirmado o parcelamento dos salários em quatro vezes, os servidores retomaram, em 31 de agosto, a greve unitária. Marcada inicialmente para durar quatro dias, os sindicatos discutem a possibilidade de estender a greve por tempo indeterminado caso o pagamento não seja integralizado.

No início de agosto, o governo federal bloqueou as contas do Estado devido ao atraso no pagamento da parcela da dívida com a União, que consome 13% da receita corrente líquida do estado todo mês.

O Ministro Levy, que já havia bloqueado a regulamentação, no Senado, da renegociação da dívida dos Estados, não arreda pé. Em 1 de setembro, mandou bloquear novamente as contas do Estado, colocando em questão até mesmo o calendários de parcelamento dos salários. Questionado, respondeu que “tem que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal”. O Ministro Gilmar Mendes (STF), perguntado sobre a ação do Estado para impedir o bloqueio das contas, respondeu no mesmo sentido: “Imagina se todo mundo parar de pagar o que deve?”.



20/08: assembleia reúne 50 mil servidores

O governador Sartori (PMDB) aposta no caos para justificar o aumento do ICMS, a privatização das estatais que restaram e o ataque à previdência dos servidores públicos. Até o Zoológico e o Jardim Botânico podem ser privatizados.

### O silêncio do PT e seus deputados

A greve dos servidores tem um grande apoio da população. Já a atuação dos deputados do PT se resume à oposição dentro da Assembleia. Em reunião entre a CUT, a direção do PT e a bancada, um dos deputados chegou a dizer que “temos que ter cuidado na oposição, podemos ser governo na

próxima eleição.” Ou seja, sinalizava que seria melhor Sartori enxugar logo o estado e fazer as reforma antes do que no próximo governo.

No governo anterior, Tarso Genro (PT) já havia tentado fazer uma reforma na previdência que atacava direitos e foi derrotado na Assembleia. Agora, a bancada usa isso como justificativa para tentar emendar a reforma de Sartori. Esta discussão ainda está em curso. Os sindicatos exigem a retirada dos projetos.

### Conlutas joga na divisão

Enquanto as 43 entidades do funcionalismo, com a participação da

CUT/RS, discutiam a preparação da greve, cerca de 20 professores ligados à Conlutas - derrotada na assembleia geral do CPERS (sindicato dos Professores) onde defendeu romper a unidade com os demais servidores e decretar unilateralmente greve por tempo indeterminado - faziam um ato denunciando o CPERS e sua assembleia geral com mais de 10 mil trabalhadores. Na reunião, foi explicado que atacar os sindicatos durante esta dura luta serviria apenas para ajudar o governo, 10 minutos depois o ato desapareceu. Dirigentes da Conlutas tentaram constrangidamente explicar o que estava ocorrendo.

Marcelo Carlini

### FIM DO BLOQUEIO!

Com a decisão de bloquear, de novo, as contas do Estado o governo federal vai agravar ainda mais a situação e ajudar Sartori a prosseguir seus ataques. É preciso os servidores se dirijam ao governo federal exigindo o fim do bloqueio, e a prioridade no pagamento dos salários e a manutenção dos serviços públicos.

## Prefeitura quer terceirizar serviço funerário

### Servidores municipais de São Paulo conseguem barrar o pregão, mas Haddad insiste

Os trabalhadores do Serviço Funerário do Município de São Paulo (SF MSP), com o SINDSEP (sindicatos dos servidores municipais) paralisaram suas atividades, nos dias 19 e 20 de agosto, por três horas. Uma advertência à insistência do prefeito Haddad (PT) de terceirizar os motoristas do SF MSP. O pregão de terceirização, que estava marcado para o dia 20, foi adiado pela quarta vez, em função da luta dos trabalhadores. Mas o governo não desiste e remarcou o pregão para o próximo dia 11.

É inacreditável que esse governo, eleito pelos trabalhadores, inclusive os servidores municipais, não ouça a categoria e insista em avançar. Enquanto a CUT e seus sindicatos estão em luta contra o PLS 30 (o antigo PL4330, da terceirização, aprovado na Câmara, agora no Senado) um governo do PT quer terceirizar os serviços funerários da capital!

O SINDSEP iniciou uma campanha contra a medida, com envio

de moções ao Prefeito Haddad, ao Secretário Simão Pedro e à Superintendente Lúcia Salles. Mas eles ignoram e querem seguir em frente nesse ataque!

A Superintendente responde com uma nota do SF MSP, que afirma: “É notório que se trata de terceirização de área-meio, não de área-fim, pois a atividade-fim do Serviço Funerário Municipal não é de transportar as pessoas falecidas, mas sim a de administrar os 22 cemitérios públicos e o crematório municipal”. Ou seja, o serviço fim é de administrar? Isso significaria que, além dos motoristas, vem mais terceirização? A superintendente afirmou, em uma rádio no dia da paralisação, que “parte do SINDSEP e os motoristas são a favor da terceirização”. Uma atitude típica de quem quer dividir o movimento. O SINDSEP foi enfático, soltou uma nota onde reafirma: “O Sindsep vem publicamente repudiar as declarações feitas à Rádio Estádio pela Superintendente do Serviço Funerário Municipal de São Paulo,

Lucia Sales França Pinto, quanto a suas referências ao Sindsep... E não poderia ser diferente, uma vez que O Sindsep é contra a terceirização, por princípio”.

No Congresso Estadual da CUT-SP (25 a 28 de agosto) foi aprovada uma moção contra a terceirização do SF MSP e contra a política das organizações sociais em São Paulo, reafirmando a luta em defesa dos serviços públicos.

### Alerta total

O SINDSEP convocou assembleia geral dos trabalhadores do SF MSP para barrar essa terceirização. Caso o governo mantenha o pregão marcado para o próximo dia 11, os trabalhadores vão novamente paralisar suas atividades e contarão, com toda certeza, com a CUT e seus sindicatos filiados. Os trabalhadores dão um alerta ao prefeito Haddad: cancele a terceirização!

João B. Gomes

## Em defesa dos empregos

Em carta à direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá (ABC paulista), ligado à Força Sindical, os trabalhadores da metalúrgica Quasar (indústria de auto peças) descrevem a difícil situação e pedem a presença do sindicato para organizar a luta.

“Na última sexta-feira, 10 de nossos companheiros foram demitidos. No último mês a fábrica reduziu o quadro de pessoal de 240 para quase 210 trabalhadores. Há FGTS não depositados, férias atrasadas. Com mais de 50 máquinas, apenas 4 estão batendo peças. Uma situação muito grave. Sabemos que não é só na Quasar. A fila na homologação no sindicato não diminui e o atendimento não dá conta. O sindicato é nossa ferramenta para defendermos nossos empregos, direitos e salários. Precisamos enfrentar as demissões, que ameaçam a cada um de nós como um facão sob nossos pescoços. Precisamos do sindicato na porta de nossa fábrica, para mostrar nossa força e dar um basta nas demissões. Nossa linha deve ser: demitiu, parou!”

# Petroleiros lutam contra desmonte da Petrobras

Categoria decidiu entrar em greve nacional a partir de 4 de setembro

A Federação Única dos Petroleiros está convocando uma greve nacional, por tempo indeterminado, a partir do dia 4 de setembro. A mobilização é contra o novo Plano de Negócios, de desinvestimento e venda de ativos estratégicos da empresa.

A nova direção da Petrobras já começou a organizar a venda de parte da subsidiária BR Distribuidora, e a estudar a reorganização da malha de gasodutos. O objetivo é vender um patrimônio de 50 bilhões de dólares até 2018. Já os 109 bilhões de dólares que não vão mais ser investidos em projetos prejudicam o papel estratégico da Petrobras no desenvolvimento nacional. Tudo isso para aumentar o lucro dos acionistas, como deixa claro o presidente da empresa Aldemir Bendine, que os petroleiros apelidaram de Vendine.

Este Plano de Negócio já começa a dar prejuízos aos trabalhadores: milhares de terceirizados já foram demitidos. Ao mesmo tempo, atende aos interesses imperialistas norte-americanos e às multinacionais, pois com o investimento anteriormente planejado o Brasil poderia chegar em 2020 como o 4º produtor de petróleo do mundo.

A pauta da campanha salarial – 14 pontos que exigem medidas contrárias ao plano de desinvestimento – foi protocolada no dia 7 de julho e a direção da Petrobras até agora não falou nada. Ela ignorou inclusive a greve de advertência que aconteceu no dia 24 de julho. O que mostra que a preocupação é atender ao mercado. Por isso, foi declarado o Impasse Negocial e a greve foi comunicada formalmente. Os Sindicatos filiados farão assembleias discutindo o indicativo de greve.

## PLS 131

Enquanto isso, o Projeto de Lei do Senador José Serra (PSDB) foi enviado ao plenário do Senado. Sem qualquer debate, a Comissão Especial se encerrou no último dia 26, com aval do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB).

O projeto quer tirar a exigência de que a Petrobras seja a operadora especial da exploração do pré-sal. Essa obrigatoriedade está prevista na Lei da Partilha e garante que a estatal tenha o controle sobre a produção, assim como as condições de precisar o lucro da exploração – do qual o Estado vai receber uma porcentagem. Com o fim da obrigatoriedade, todo esse controle pode passar às mãos de interesses privados. Isso também faz parte da pauta dos petroleiros. Eles exigem que a Petrobras afirme, publicamente, a sua plena condição e o seu interesse em

permanecer como operadora única. Até o momento, Vendine disse apenas que “essa decisão cabe ao Estado”.

Uma coisa tem toda relação com a outra. Enquanto a empresa deixa de investir para pretensamente “arrumar a casa”, a grande mídia faz um excelente trabalho de ataque à Petrobras, colocando em questão sua “capacidade de ser operadora única do pré-sal”, e Serra mente dizendo que o PLS 131 é para ajudar a própria Petrobras. Quem ganha com isso são as grandes petrolíferas como a Chevron, com quem Serra se comprometeu a combater o regime de partilha.

Todo apoio à greve dos petroleiros, que coloca em pauta uma questão que interessa a toda nação!

Priscilla Chandretti

## Servidores: plenária da Condsef apresenta contraproposta

É um ponto de apoio para mobilizar a categoria e quebrar a intransigência do governo

Desde o início das negociações com os servidores o governo, aferrado ao ajuste fiscal, entrincheirou-se numa proposta de “reajuste plurianual” de quatro anos (cerca de 5% ao ano de 2016 a 2019) e nega a reivindicação de recomposição das perdas salariais, calculadas em 27,3% segundo o DIEESE (período 2010-2015).

Empurrando a definição para os 48 do 2º tempo, e pressionando com os prazos da Lei Orçamentária, somente em 28 de agosto o Ministério do Planejamento formalizou uma nova data limite para concluir a negociação (11 de setembro) e uma proposta sobre os demais pontos da pauta: reajuste nos benefícios (auxílio-alimentação, saúde e creche) e incorporação das gratificações (a paridade, que toca imediata-

mente cerca de 200 mil servidores em vias de se aposentar ou já aposentados).

No mesmo dia 28, a plenária da Condsef (confederação da categoria) realizou um importante debate e decidiu apresentar uma contraproposta ao governo visando destravar as negociações e servir de ponto de apoio para reforçar e ampliar a mobilização da categoria, que tem diversos setores em greve.

Em seu ponto central, sem abrir mão dos 27,3%, a contraproposta apresenta ao governo duas possibilidades para o reajuste:

a) Acordo de um ano: a inflação prevista para 2015 (pouco mais de 9%) será paga em parcela única em janeiro de 2016;

b) Acordo de dois anos: a inflação prevista de 2015 é paga em parcela

única em janeiro de 2016; a prevista em 2016, é paga em parcela única em janeiro de 2017. Sempre com a “Cláusula Revisional” (se a inflação real for maior que a projetada no acordo volta-se à mesa de negociação).

Para tomar essa decisão foi preciso enfrentar a posição da Conlutas e CST-Posol, que, antes do fim da campanha já queriam fazer o balanço do “fracasso da direção da Condsef” (porque a maioria da Condsef é cutista). Seu discurso raivoso mal escondia a impotência, pois sua negativa em lutar para destravar as negociações equivale à capitulação diante da intransigência do governo. Derrotados no debate, sequer ousaram submeter sua posição a voto, abstiveram-se e a posição dos cutistas (apresentar contraproposta) foi

aprovada sem nenhum voto contrário.

Em carta ao Planejamento, apoiando-se na Resolução da CUT Nacional de 14 de agosto, a Condsef afirma:

“O Brasil não precisa de ajuste fiscal! O Brasil precisa que o governo da Presidente Dilma Rousseff rompa com sua atual política econômica, subordinada ao capital financeiro internacional, e reate com os interesses populares e nacionais.

Nós, que defendemos o serviço público e os servidores no exercício de nossa autonomia sindical e no intuito de avançar rumo a um acordo final, apresentamos uma nova contraproposta aprovada em Plenária Nacional.”

Edison Cardoni



### 20 DE AGOSTO, MANIFESTAÇÕES EM TODO PAÍS

As ruas de várias capitais do país foram tomadas por manifestantes, convocados pela CUT e outras centrais, por movimentos populares e partidos políticos, entre eles o PT.

Em São Paulo, cerca de 100 mil manifestantes, “Fora Renan! Fora Levy! Eu quero a Dilma que eleger!” era uma das palavras de ordem mais gritada. O Diálogo e Ação Petista participou com faixas “Em defesa do Mandato Popular! Abaixo Plano Renan-Levy”, animando colunas em diversas manifestações (na foto, Recife, PE).

O dia 20 marcou, mais uma vez, que os trabalhadores rechaçam a ofensiva reacionária contra o governo que elegeram, mas também não aceitam que Dilma aplique a política dos derrotados. O combate às forças do retrocesso foi acompanhado do combate à política do ajuste fiscal e contra o plano do presidente do Senado, Renan Calheiros e do ministro Joaquim Levy.

# Desemprego não para de crescer

## Plano Levy destruiu mais de meio milhão de postos de trabalho

A taxa de desemprego nas seis principais regiões metropolitanas do país alcançou 7,5% em julho, o maior nível para o mês desde 2009. O mais preocupante é que a taxa não para de subir, mesmo no final do semestre, quando as empresas normalmente já deveriam voltar a contratar. Mas neste ano, tudo é diferente.

O Plano Levy é o responsável por isso. Cortou mais de R\$ 70 bilhões de gastos públicos (sobretudo nas áreas sociais) para “fazer o superávit” para pagar juros da dívida. Ao fazer isso, milhares de empresas fornecedoras do governo deixaram de ser contratadas ou tiveram contratos encerrados. O mesmo ocorre com as fornecedoras da Petrobras (com os ataques da Lava-Jato). Todas elas então demitem e gera-se um ciclo vicioso: mais desempregados derruba o consumo, o que induz as empresas a produzirem (investirem e contratarem) menos.

Para piorar, a alta de juros Selic leva empresas a suspenderem seus investimentos e demitirem ainda mais. Primeiro, porque ficou muito mais caro, tanto para empresas como para consumidores, tomar emprestado, seja para adiantar investimentos ou para consumo. Segundo, porque os empresários, ao invés de investir

na produção, passam a aplicar na especulação com títulos públicos, que estão agora pagando o dobro de juros.

Tudo isso tem feito de Levy e sua política uma máquina de destruir empregos.

O gráfico abaixo retrata o mercado formal de trabalho no país: de janeiro a julho, as demissões ultrapassaram as contratações em 547,5 mil. Ou seja, foram destruídos mais de meio milhão de postos com car-

teira assinada! Indústria, comércio e construção civil foram os setores que mais destruíram postos.

### Queda na renda e nos salários

A pesquisa do IBGE mostra que em julho o número de pessoas procurando emprego foi 56% maior que no mesmo mês do ano passado, isso porque está havendo queda constante na renda média dos trabalhadores. Em julho ela ficou 2,4% menor do que o mesmo mês do ano

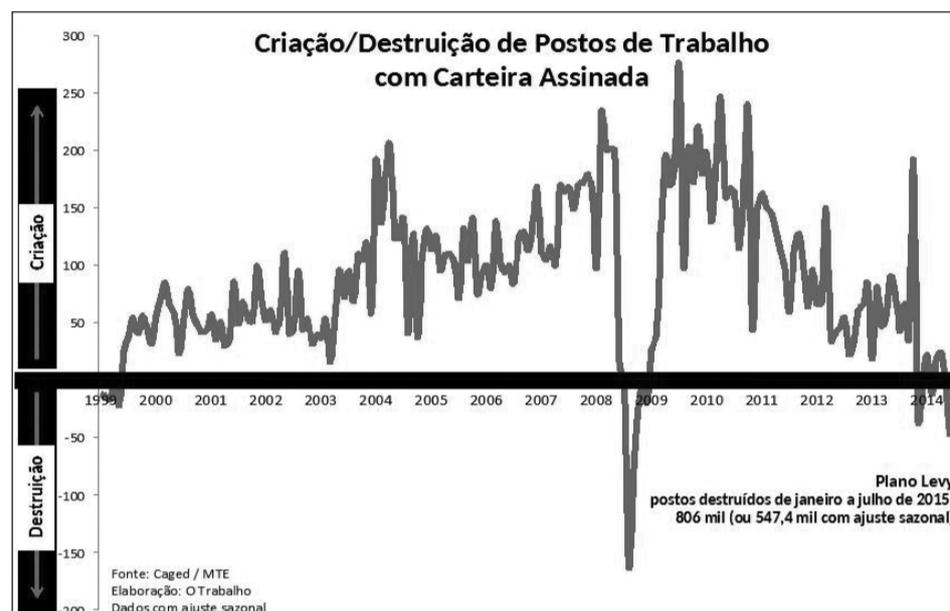
passado; a sexta retração consecutiva.

Os dados do IBGE mostram que os jovens (entre 18 e 24 anos) estão à frente dessa multidão. Com a queda da renda familiar, uma parte deles que no ano passado podia se dedicar aos estudos têm que, agora, procurar emprego, cada vez mais escasso.

O aumento vertiginoso na procura dá mais força aos patrões para impedir reposição salarial acima da inflação. No primeiro semestre de 2015, as negociações sindicais analisadas pelo DIEESE levaram aos menores reajustes salariais dos últimos oito anos (embora ainda melhores que os registrados entre 1996 e 2003). Tal dificuldade é explicada pela “elevação da inflação e os prognósticos negativos devido ao aumento do desemprego, que levam algumas categorias a deixar em segundo plano a luta salarial”. Desde o final do governo FHC não se via uma queda tão forte no salário médio real dos brasileiros.

É esta afinal uma das principais metas de Levy: baixar o custo do trabalho (salários) para dar competitividade às empresas.

Alberto Handfas



## E agora preparam ajuste estrutural!

Muito mais profunda do que os cortes do plano Levy, a “Agenda Brasil”, proposta pelo Senador Renan e abraçada pelo ministro Levy, pretende atacar os trabalhadores com um ajuste estrutural. Ou seja, muito além de cortes de gastos sociais momentâneos, trata-se de quebra permanente em direitos via mudanças na legislação.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) disse que tal plano é “impor ao país o projeto derrotado na eleição do ano passado”.

O aumento da idade mínima para a aposentadoria é um exemplo de um dos ataques estruturais levantados pela agenda Renan/Levy. Aliás, já nesta semana o governo começa a falar em reforma da Previdência. Ao não conseguir fechar o orçamento com superávit – por não ter convencido o Congresso a aceitar a CPMF para bancar gastos da Saúde -- o ministro Barbosa do Planejamento foi propôs “medidas para o controle dos gastos da Previdência”. E sugeriu que as centrais sindicais negociem tais reformas.

## Prefeituras estão no “olho do furacão” do ajuste fiscal

### Cortes orçamentários e redução do FPM podem levar ao colapso

Pelo menos desde o final do ano passado, as prefeituras em Minas Gerais vêm enfrentando dificuldades orçamentárias, o que culminou com a manifestação organizada pela Associação Mineira de Municípios (AMM) em 24 de agosto em mais de 400 cidades. No entanto, protestos do mesmo tipo estão ocorrendo em todo o país desde o início de 2015.

Um quadro que foi profundamente agravado com a crise econômica, combinada com as medidas do ajuste fiscal. Os cortes no orçamento da União - como parte das medidas de ajuste fiscal - que atingiram a Saúde, Educação e obras entre outros incidiram diretamente nos municípios. Ao lado disso e também como parte das medidas de ajuste, o governo federal diminuiu pela metade os valores acordados de aumento no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Somando-se os R\$ 520 bilhões em renúncia fiscal em nível nacional nos últimos seis anos, os municípios perderam algo em torno de R\$ 117 bilhões, que deixaram de ser repassados ao FPM. Um “combinado explosivo” que, se nada mudar na política

econômica do governo, muito em breve trará como consequência um total colapso das prefeituras em todas as partes do país.

### Minas Gerais

As cidades mineradoras, como Itabira, sofrem duas vezes. Boa parte do seu orçamento depende da arrecadação com os royalties do minério de ferro, porcentagem paga pelas mineradoras à União pela exploração e comercialização dessa matéria prima. Uma parcela dessa arrecadação é repassada aos municípios envolvidos. Mas como o preço do minério teve uma queda brusca no mercado internacional (42 dólares por tonelada contra 177 dólares em 2014), várias prefeituras viram seu orçamento diminuído drasticamente.

O resultado é a paralisação de obras, escassez de medicamentos nos postos de saúde e hospitais, por falta de pagamento aos fornecedores; cortes em programas sociais; fechamento de serviços essenciais e demissões!

De acordo com a Associação Mineira de Municípios (AMM), muitas

prefeituras já demitiram funcionários comissionados e algumas já estão atrasando salários dos servidores. Há casos, como o da cidade de Itaúna, no Centro-Oeste do Estado, em que já foi estabelecido um escalonamento no pagamento dos funcionários.

### Greve dos servidores em Nova Lima

Desde o dia 24 de agosto os servidores públicos municipais de Nova Lima encontram-se em greve. O motivo é a proposta do prefeito de Nova Lima, Cássio Magnani (PMDB), que inicialmente, entre outras medidas, propunha a demissão de funcionários em estágio probatório. Com a mobilização do funcionalismo e se dizendo disposto a negociar, recentemente propôs ao sindicato dos servidores a retirada de inúmeros benefícios, o que levou à greve.

O PT que tem a vice-prefeitura e algumas secretarias está confrontado a acompanhar o prefeito ou apoiar a luta dos servidores. Uma situação que está dividindo o partido.

Sumara Ribeiro

# A mexida começa na defesa do PT

Seminário de Organização do PT discute, discute e discute...

Mais de uma centena de quadros dirigentes estaduais e de capitais, além de nacionais, vieram ao Seminário Nacional de Organização do PT, em São Paulo, dias 27 e 28 de agosto.

A idéia vem do 5º Congresso do PT, em Salvador, em junho, que rejeitou por maioria o fim do PED (processo eleitoral direto). Para acomodar o mal-estar e as críticas abertas ao viciado PED, mas sem voltar à eleição de direção em encontro de delegados, a cúpula, então, improvisou esta proposta: o filiado-padrão não precisa mais pagar para votar no PED, só os dirigentes, comissionados e parlamentares, e um Seminário de Organização discutiria "como fica".

Dois meses após o Congresso do PT, não era para rever a decisão, seminário não delibera. Mas com cinco mesas e duas sessões de grupos - com os problemas candentes do aprofundamento brutal da ofensiva reacionária contra o PT -, a cúpula que organizou o evento poderia dar mais espaço à abordagem política, não só "organizativista" dos problemas.

Rui Falcão, presidente do PT, na abertura, até advertiu para a conjuntura que "aliviou um pouco para o governo, mas aumentou a pressão sobre o PT", explicando como a representação da oposição no Tribunal Superior Elei-



Plenário do 5º Congresso do PT, votações apertadas

toral não foca "tanto nas contas de Dilma, mas mais sobre o PT, se não for para proscriver o partido com base no artigo 31 da Lei Partidária, é ao menos para asfixiar financeiramente com multas e cortes do Fundo Partidário".

## A arma da direita

Logo na primeira mesa, Carlos Árabe, da Executiva, desenvolveu uma linha torta. Elogiando o partido pela história "socialista", o líder da Mensagem (DS) engatou que "a corrupção é hoje a única bandeira da direita para nos atacar".

"Nem única, nem principal", contestou Markus Sokol, do Diretório Nacional, "pois as pesquisas remetem à economia e queda de popularidade do governo e do PT, após a adoção do

programa dos derrotados, quando a vaca tossiu com as MPs 664 e 665 que a direita explora". Sokol lembrou não tolerar a corrupção, "é imoral tudo que confunde e enfraquece a coesão dos trabalhadores", mas "o problema principal está no programa do governo arrastar o PT".

Retomou que "há uma debandada de prefeitos e vereadores, como relatou Emídio" (presidente do PT-SP), e propôs uma campanha nacional de defesa do PT, afirmando o partido, com "atos e caravanas das cidades convergindo, como lembrou Rui que discutimos na Executiva".

## Defesa do PT

De fato, o presidente tinha citado o Ato Em Defesa do PT, em São

Bernardo do Campo, com caravanas de vários Estados, aprovado na Executiva e depois na bancada estadual paulista, mas que parou no Instituto Lula com outras prioridades.

No fechamento desta edição, se discutia, a alternativa de realizar na Praça da Sé, em São Paulo, sábado 26 de setembro, com apoio da Executiva, do Diretório paulista e da CUT-SP, um ato chamado de "primavera da democracia" contemplando a "defesa do PT", "como instituição", diz o presidente do Diretório da Capital, Paulo Fiorillo, que convoca.

É simples, em geral é visto com muita simpatia, mas apesar das bombas e invasões, ainda não se chamou os petistas à rua para defender o seu partido. Incomoda a alguns "aliados" e não entusiasma o governo.

Mas enquanto é atribuída ao PT a política econômica suicida do governo que choca com sua base, a defesa do PT é uma necessidade urgente.

Há o risco de deixar suspensas, num partido ameaçado na existência, as 202 propostas para "reorganizar o PT" - algumas boas, como a eleição de delegados em encontros na base não no PED, fundo eleitoral comum e exclusivo na eleição interna e autonomia política da JPT, entre outras - que foram coletadas no Seminário.

# A "Pauta da Virada" de 15 partidos

Um perigo de atrelamento à Agenda Renan-Levy

O presidente do PT, Rui Falcão, no Seminário de Organização (v. acima), e o vice-presidente do PCdoB, Walter Sorrentino, na reunião da Frente Brasil Popular (FBP), dia 31, saudaram a chamada "Pauta da Virada" lançada no Congresso Nacional. Sorrentino e o PCdoB até insistem em que o Manifesto da FBP "dialogue com a Pauta da Virada".

Trata-se da lista de 26 medidas, subscrita pelos líderes na Câmara, de nada menos que 15 partidos - PT, PCdoB, PRB, PP, PR, PROS, PSD, PRP, PRTB, PSDC, PSL, PMN, PTC, PTdoB e PTN - apresentada no último dia 26, num ato protagonizado pela deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

A Pauta pode parecer um contraponto à Agenda Brasil que o ministro Levy acertou com o presidente do Senado, Renan Calheiros, do PMDB, na medida em que não é

assinada por este partido. Mas seus autores preferem falar em "diálogo com a Agenda Brasil para superar a crise política".

A realidade é mais que isso. É um atrelamento de 15 líderes partidários à Agenda Renan-Levy. Tanto que o título do documento que apresenta a Pauta é "Sugestões à Agenda Brasil"! Mais claro, impossível: Renan e Levy é que acolherão ou não as 26 sugestões...

Então, temos a Agenda Renan-Levy, depois a Pauta da Virada que "dialoga" com a Agenda, e, finalmente, o Manifesto da FBP que - a prevalecer o PCdoB - "dialoga" com a Agenda, um atrelado no outro, enquanto os trabalhadores ficam a ver navios.

Se a Pauta era uma manobra parlamentar para reunir a decomposta "base aliada" do governo, o resultado pode ser um desastre.

## O povo ficou de fora

A lista de 26 medidas de políticas monetária, fiscal e tributária não contempla praticamente nenhuma reivindicação concreta e tangível de interesse do povo trabalhador.

Não que não tenha nada progressivo. Fala de "garantia de não-contingenciamento do orçamento dessas políticas" (saúde e educação), quando deveria falar claro de reverter os cortes orçamentários do Plano Levy (senão, se entende, só daqui pra frente), assim como fala em "medidas em defesa da Petrobras", embora não diga quais.

O problema é que esses dois pontos miseráveis são enfeites num mar de generalidades, quando não de medidas francamente patronais e conservadoras.

Por exemplo, para o trabalhador, não tem nada de prático em "medidas para a garantia do emprego, dos direitos dos trabalhadores e do poder aquisitivo".

Mas a Pauta da Virada põe a bola no campo dos empresários ao propor "adotar políticas voltadas para o aumento de competitividade" - a cantilena do custo Brasil, com isenções, desregulamentação e arrocho -, assim como "ampliar (!) as políticas de apoio à exportação das grandes empresas dos setores de eletrônica e de alta tecnologia, bem como a internacionalização das marcas", "ampliar" políticas pró-grandes empresas.

E ainda esta pérola do conservadorismo: "adotar medidas para a democratização do processo eleitoral e redução de custos das campanhas". Quer dizer, preserva o financiamento eleitoral privado com uma reduçãozinha, quando até o Senado acaba de votar o seu fim.

Essa Pauta não é do povo.

Markus Sokol

# Os desafios para o 12º CONCURTO

Encerrados os congressos estaduais é hora de consolidar o lugar da CUT

Neste final de agosto encerrou-se a etapa de realização dos congressos estaduais da CUT (CECUTs), faltando apenas o RN.

O papel central que a CUT jogou no 1º semestre, constituindo-se num eixo de resistência contra a ofensiva da direita em todos os terrenos e, ao mesmo tempo, cobrando mudanças na política econômica do governo Dilma - contra o ajuste fiscal do ministro Levy - repercutiu nos CECUTs que, em sua grande maioria, elegeram chapas únicas comprometidas com a continuidade da ação da Central em defesa dos direitos dos trabalhadores, do emprego e salários, em defesa da democracia contra qualquer retrocesso.

Apenas no RJ e RR houve duas chapas, por divisão na corrente majoritária (ArtSind), o que pode se repetir no RN. Mesmo na Bahia, onde houve grande tensão entre dois setores da ArtSind e chegou-se a anunciar duas chapas, ao final, com o esforço de todas as correntes e setores, saiu chapa única.

Os delegados agrupados ao redor das propostas "Em defesa da CUT independente e de luta" (CIL), jogaram papel central na discussão política e no combate pela unidade, tendo sido eleitos para as executivas e/ou direções estaduais de AL, AM, BA, CE, DF, MG, MT, PE, PR, RS, SC e SP, além de terem conseguido aprovar o conjunto de suas contribuições - por maioria ou com 20% dos votos - para



Abertura do Congresso da CUT-MG, com a presença de Lula e do governador Pimentel

a discussão no CONCURTO.

Foi desses delegados, vários identificados com o "Diálogo e Ação Petista", a iniciativa de distribuir nos CECUTs o Manifesto de sindicalistas ao 5º Congresso do PT, ao redor do qual se organizaram reuniões que concluíram por pedir a convocação de um Encontro nacional de sindicalistas do partido ainda este ano.

## Contra a Agenda Brasil de Renan-Levy

A última rodada de CECUTs (SP, MG, RS, SC, BA) permitiu que, sobre a base da resolução da Direção Nacional da CUT de 14 de agosto, fosse integrado ao Plano de Lutas um claro posicionamento contra a "Agenda Brasil" de Renan e Levy.

Com efeito, nenhum entendimento é possível ao redor de tal "agenda" que prolonga o ajuste fiscal de Levy com novas medidas de ataque aos trabalhadores e setores oprimidos. Como diz a resolução citada acima: "O projeto que defendemos tem conteúdo diferente e é oposto àquela proposto pela agenda política e econômica de Renan Calheiros e Joaquim Levy. Quando defendemos a democracia, estamos falando de nenhum direito a menos. Por isso, fomos contra a retirada de direitos contida nas medidas de ajuste fiscal (MPs 664 e 665), assim como repudiamos a proposta de precarização das relações de trabalho embutida no PLC 30/15, em andamento no

Senado, que permite a terceirização da atividade fim da empresa".

## A polêmica do PPE

Dentre as questões polêmicas, a principal foi a da defesa do PPE por parte da CNM (metalúrgicos), hoje MP 680 que tramita no congresso (ver matéria abaixo).

Os CECUTs da PB e SC, além da direção da Contracs (comércio e serviços), tomaram posição contrária ao PPE, por julgá-lo contraditório com a proposta histórica da CUT de "redução da jornada SEM redução de salários" e com a linha de "Nenhum direito a menos". Em São Paulo, a crítica ao PPE não obteve 20%, com várias abstenções, mas na Bahia, ao contrário, a mesma foi adotada com 98% dos votos. Em MG, após debate, ambas posições foram remetidas ao CONCURTO.

Assim, o 12º CONCURTO (13 a 16 de outubro) vai abordar os temas candentes da conjuntura que atravessamos e deve reforçar a independência da CUT que a permitiu jogar o papel que jogou no 1º semestre, colocando-a à frente das campanhas salariais do 2º semestre que exigem a unificação das lutas, inclusive rumo a uma greve geral que pode ser necessária para defender nossos direitos e conquistas.

Julio Turra

## Greves revertem demissões nas montadoras

Trabalhadores revelam disposição de luta, mas o problema foi apenas adiado

A Fundação Perseu Abramo em seu boletim de 3 de setembro constata que "a indústria brasileira segue preocupando, tendo recuado 1,5% no mês de agosto e acumulando queda de 8,9% em relação ao mesmo período de 2014... com destaque para a produção de veículos automotores (-19,1%, na comparação com julho de 2014)".

Ora, as montadoras foram as maiores beneficiárias de isenções fiscais e desoneração na folha por parte do governo federal, criando um rombo de cerca de 100 bilhões de reais na arrecadação e agora querem demitir ainda mais!

Mesmo com "a faca no pescoço", os metalúrgicos paulistas foram à greve contra as demissões na GM de São José, na Volks de Taubaté e na Mercedes de São Bernardo. Nos três casos, as demissões foram suspensas, mas o futuro dos empregos não está assegurado.

Na GM, onde o sindicato é filiado à Conlutas, depois de 14 dias

de greve, foi aprovado (24/08) um acordo que cancelou 798 demissões, passando os trabalhadores para a licença remunerada em agosto e para "lay-off" em setembro por cinco meses. Foi aberto Plano de Demissão Voluntária (PDV) e se discute um plano de aposentadoria.

Os metalúrgicos da Volks de Taubaté voltaram ao trabalho (31/08), após 12 dias de greve. Seu sindicato (filiação à CUT) obteve o cancelamento de 43 demissões (são 5 mil na unidade), com abertura de PDV até 11 de setembro e de um programa de aposentadoria antecipada. A fábrica alega ter "excedente" de 500 funcionários. O acordo determinou uma PLR para 2015, mas se o "excedente" não for resolvido a empresa pode lançar mão do "lay-off" ou PPE (Programa de Proteção ao Emprego) mais adiante.

## Na Mercedes PPE e reajuste pela metade

Após uma semana de greve, os

trabalhadores da Mercedes de SBC aprovaram em 31 de agosto um acordo que cancela 1.500 demissões e introduz um PPE, redução de 20% da jornada e 10% dos salários, com duração de 9 meses e estabilidade por um ano, além de fixar o reajuste de 2016 em 50% do INPC (metade da inflação).

A direção do sindicato do ABC (filiação à CUT) foi a grande incentivadora do PPE que virou a MP 680. Na própria Mercedes, antes da greve, os trabalhadores haviam recusado uma proposta de redução de jornada com redução de salário. Com a insistência da fábrica em demitir, foram à greve e acabaram aceitando o PPE, defendido pela direção sindical.

Os trabalhadores cumpriram sua parte e foram à greve para barrar as demissões. O problema é que as soluções encontradas pelas direções sindicais - PDV, "lay-off" e PPE - apenas adiam a ameaça de demissões. O que se exige é uma política

real de proteção do emprego e dos salários, que implica uma mudança na política econômica do governo!

### PROPOSTA SOBRE PPE PARA O CONCURTO

"A exigência de 'Nenhuma demissão' deve ser integrada à nossa pauta, pois em setores que mais lucraram no último período ocorrem demissões (...) A CUT reafirma sua posição de "redução da jornada, sem redução de salários" e se posiciona contra o PPE, uma política de "parceria" com as empresas para reduzir jornadas e salários, com recursos do FAT (que são dos trabalhadores) para subsidiar salários reduzidos. A CUT deve encabeçar a luta contra as demissões e pela garantia no emprego, pois se algo tem que ser reduzido é a margem de lucro dos capitalistas."

# Os condenados da terra

Horror que atinge famílias tem como causa as disputas imperialistas



Multidão de migrantes impedidos de entrar na Europa

Faltam palavras para expressar o horror e a raiva que nos atingem ao anúncio, toda noite, no noticiário da TV, de um novo drama que atinge esses homens, essas mulheres e essas crianças, jogadas sobre as rotas do êxodo pela guerra e pela miséria, e que as autoridades denominam “migrantes”.

Setenta e um homens, mulheres e crianças foram asfixiados em um caminhão frigorífico abandonado à beira de uma rodovia austríaca. Outros 52 foram encontrados mortos no mesmo dia no porão de um navio na costa da Líbia. Oficialmente, 31 mil pessoas morreram tentando chegar à Europa desde 2000.

É difícil, diante desses dramas, não vir à memória as imagens de arquivo do final da Segunda Guerra Mundial, as imagens dos sobreviventes judeus e ciganos dos campos de extermínio nazistas, as imagens dos campos de refugiados onde se amontoavam em barracas, na maior privação e sob a neve, os integrantes das populações da Europa Central deslocados na Ucrânia, na Tchecoslováquia, na Polônia, na Alemanha...

Se as circunstâncias históricas são diferentes, se não estamos mais no fim da Segunda Guerra Mundial, a honestidade exige que digamos que as causas desses deslocamentos de populações e do terror exercido contra elas são exatamente as mesmas. Elas têm um nome, é a guerra sem piedade que desenvolvem as “gangues” imperialistas pelo controle das matérias-primas, pelo controle dos “mercados” e pela submissão dos povos às “zonas de influência” que lhes são atribuídas. Guerra brutalmente agravada pela recessão e pela crise financeira que atingem mais uma vez a economia mundial.

As disposições das respectivas forças dessas “gangues” no tabuleiro mundial não são mais as mesmas, o peso específico de cada uma mudou, assim como as alianças governamentais a que são obrigadas. Mas a devastação do Oriente Médio, como da África subsaariana, responde às mesmas exigências implacáveis.

## Papel dos governos

A onda desses “condenados da terra”, jogados nas estradas, correndo

risco de vida, dá a imagem exata do grau de destruição da economia e da sociedade dessas regiões – inclusive a destruição de suas formas mais atrasadas herdadas da História.

Os imperialismos francês, britânico e – depois da guerra – estadunidense só deixaram sobreviver, como forma de organização social, uma variante degenerada da solidariedade tribal, reduzida às milícias armadas utilizadas na guerra que as grandes companhias petrolíferas desenvolvem, através de sociedades testas-de-ferro. Nada de diferente pode sobreviver na região.

As camadas médias que se desenvolveram no interior dos Estados nacionais – mesmo artificiais – nas décadas que precederam a desintegração do Iraque pelo imperialismo dos EUA e a reação em cadeia que se seguiu não têm outra saída, como todos aqueles que se recusam a submeter-se à lei das milícias, a não ser a fuga.

E, enquanto dezenas de milhares de famílias que fogem da guerra e da miséria são saqueadas pelas mesmas redes mafiosas (que vivem da tomada de reféns, da pilhagem das antiguidades, e que fazem reinar o terror em seus países para assegurar a proteção das redes paralelas de petróleo por conta das companhias internacionais de corretagem), os ministros europeus se reúnem para decidir com quanto cada um vai ficar.

Depois de manifestar sua emoção, esses grandes sentimentais que são François Hollande e Angela Merkel discutem cotas de migrantes que cada país pode acolher “sem alimentar o populismo”.

Os artesãos da maior iniciativa – coordenada no quadro da União Europeia – de demolição das bases materiais da sociedade na Europa, os destruidores dos sistemas hospitalares em todos os países do continente, os liquidadores das pequenas e médias explorações agrícolas, os dinamitadores de todos os direitos integrados no Código do Trabalho pela luta de classes, inquietam-se com o desenvolvimento do “populismo” que a acolhida desses “condenados da terra” poderia alimentar.

Eles preparam uma catástrofe social sem precedentes nesta Europa a que centenas de milhares de refu-

giados tentam chegar. E eles acusam antecipadamente os povos de se recusarem a ser solidários. É aí que a questão do futuro dos “migrantes” se junta à do futuro dos trabalhadores e povos da Europa.

## Combate dos trabalhadores europeus

De que zombam esses senhores e senhoras que não param de falar em “valores morais europeus” e que, como representantes disciplinados dos trustes Total, Siemens, Areva, Alcatel, Dassault, PSA, Volkswagen etc., trabalham para esmagar a força de trabalho por todos os meios?

A Europa, com seus 508 milhões de habitantes, não teria, segundo esses senhores, os meios de acolher, para salvá-los, de 1 a 2 milhões de refugiados? A velha Europa e seus povos não teriam, sempre segundo esses senhores, os meios técnicos e as capacidades de produção que permitam construir centenas de milhares de habitações para acolher dignamente essas famílias – como eles julgam, aliás, não ter os meios de alojar o milhão de trabalhadores franceses que vivem em casebres?

A Europa do capital financeiro, da UE e de seus governos, a Europa de Hollande, de Merkel, de Junker não assegura nem os meios nem a vontade!

Ao afirmar, como o fazem, que as nações europeias – que começaram a destruir em nome da competitividade e da “globalização” – não têm os meios de fornecer empregos aos refugiados de outros continentes, eles fornecem a prova de que a solução para o drama dos migrantes está indissolavelmente ligada à capacidade que os trabalhadores de toda a Europa se darão de salvar-se a si próprios, de obrigar seus governos a recuarem nessa questão, assim como em outras, combatendo para derrubar esses governos cúmplices dos piores horrores perpetrados pelo imperialismo contra a humanidade.

Marc Gauquelin

## Apelo urgente da Palestina

O Sindicato dos Trabalhadores Árabes da cidade de Nazaré (Arab Workers Union) divulgou em 22 de agosto um apelo, para o qual solicitamos o apoio:

“Nos dois últimos dias, três empresas israelenses que fornecem serviços ao público por meio de centros telefônicos (telemarketing) demitiram 16 trabalhadores palestinos. A decisão foi tomada depois que os assalariados tiveram recusado o direito de constituir comitês de trabalhadores nos centros, e depois que os trabalhadores que manifestaram sua solidariedade com Mohammed Allaan, prisioneiro palestino em greve de fome, foram sancionados.

Essas empresas, que empregam dezenas de trabalhadores palestinos, aplicaram sanções contra três trabalhadores que realizaram uma ação de solidariedade ao prisioneiro palestino. As medidas arbitrárias provocaram reações de raiva entre os trabalhadores, que fizeram uma greve de cinco horas contra essas decisões”.

Depois de relatar o início de um processo jurídico e de uma campanha de mídia, ao custo de 9,6 mil euros, o sindicato conclama: “Contribuam financeiramente para o sucesso dessa campanha em defesa do direito dos trabalhadores de se organizarem nos centros telefônicos!”

Agência bancária: Bank Leumi

Le Israel B.M.

Swift Code: LUMIILITLV

Routing Number: IL010794

Número da conta: 15988-47

Nome do beneficiário: Arab

Workers Union in Israel

Iban: L67034002000001598847

# Haiti, 9 de agosto: “não houve eleição no verdadeiro sentido da palavra”

## Militante haitiano, David Oxygène fala da situação no país

No quadro do plano da ONU, de retirada gradual das tropas que ocupam o Haiti (a Minustah), o imperialismo estadunidense promoveu, a todo custo, uma “eleição-seleção” para deixar no país instituições e um governo dócil a seus interesses. O primeiro turno, apenas para deputados e senadores, ocorreu em 9 de agosto. O segundo turno está previsto para 25 de outubro, para concluir a “eleição” dos parlamentares e fazer o primeiro turno para Presidente da República (um segundo turno presidencial, se necessário, será em dezembro). Sobre o tema, entrevistamos David Oxygène, membro da organização Moleghaf (Movimento de Liberdade, de Igualdade dos Haitianos pela Fraternidade) e destacado integrante da Coordenação Haitiana pela Retirada das Tropas da ONU do Haiti, que vem de lançar um chamado por uma jornada de mobilização em outubro (box).



David Oxygène

favorecimento a alguns partidos políticos, especialmente os que são próximos ao governo. Em consequência, houve uma série de enfrentamentos, com representantes partidários impedidos de chegar até os locais de votação, uma vez que estavam desprovidos de credenciais, protestando e gerando tumultos.

Em 9 de agosto o transporte público não funcionou. Apenas veículos da polícia e alguns carros particulares podiam ser vistos nas ruas de Porto Príncipe. Os eleitores que não tinham locomoção não puderam chegar até os locais de votação. Poucas pessoas foram às urnas. Segundo os números fornecidos pelas autoridades-marionetes, em nível nacional, somente 18% do eleitorado participou.

Em todos os 10 departamentos do país, verificaram-se tumultos e enfrentamentos. Os eleitores e jornalistas foram unânimes em constatar que os partidos do poder – PHTK, VERITE, BOUCLIER e KID – bloquearam o acesso a diversos locais de votação nessa falsa jornada eleitoral.

### O Trabalho - Qual o balanço das eleições legislativas de 9 de agosto de 2015?

**David Oxygène** - Se compreendermos o significado de eleição no verdadeiro sentido da palavra podemos dizer que não houve eleição. Eleição é algo que possibilita a soberania, e todo mundo pode constatar que, há 11 anos, o Haiti perdeu sua soberania com a presença de uma força de ocupação.

O Conselho Eleitoral Provisório (CEP) não credenciou todos os responsáveis indicados pelos partidos políticos que acusaram o CEP de

de fraude fizeram com que inúmeras organizações que participaram do primeiro turno eleitoral de 9 de agosto pedissem sua anulação e exigissem do CEP que corrigisse seu calendário e organizasse melhor o segundo turno para o dia 25 de outubro.

Nossa posição não é a de pedir a anulação do primeiro turno, pois não participamos dele e seria um pedido incoerente. Nos protestos nossas exigências são: saída de Martelly do poder; demissão do Conselho Eleitoral Provisório (CEP), que chamamos de Conselho Eleitoral Presidencial. E retirada das forças de ocupação da Minustah do país. Podemos acrescentar que se o 9 de agosto foi marcado pela anarquia total, a corrupção, a desordem, a pilhagem, o 25 de outubro poderá ser ainda pior. Porque o imperialismo fará uma guerra eleitoral para manter no poder os seus restavek – palavra usada para designar o trabalho escravo infantil no Haiti. E numa situação em que praticamente todos os cargos ainda estarão em disputa. Pois neste primeiro turno ainda não foi eleito nenhum dos 20 senadores e apenas 8 deputados foram eleitos nas 119 circunscrições eleitorais. Explicando, nosso sistema não tem eleições legislativas proporcionais. Temos 119 circunscrições que elege um deputado cada uma, desde que atinja uma certa porcentagem dos votos. E 20 circunscrições para eleição de senadores. E em 25 de outubro, além do segundo turno de todas essas eleições faltantes ainda haverá as presidenciais. Com todos os problemas que o país sofreu nesse 9 de agosto, podemos, infelizmente, imaginar a amplitude da catástrofe que se prepara.

Sempre nos dirigimos ao povo haitiano no sentido de que não responda aos convites do presidente Martelly em seus comícios, pois as suas propostas trazem a dor, o sofrimento, a humilhação.

**OT - Há protestos de diversas organizações, inclusive algumas que participaram das eleições. Como podemos compreender isso?**

**DO** - De fato, os tumultos e a desorganização foram a expressão da vontade do imperialismo de fazer uma eleição sob medida para selecionar quem eles queriam. A falta de transparência e as diversas denúncias

### DE 9 A 17 DE OUTUBRO: PELA RETIRADA DA MINUSTAH

**BULLETIN D'INFORMATION**  
de la coordination haitienne des troupes de l'ONU en Haiti  
Tels: 39163491/41750378

**Appel de la coordination haitienne pour la retraite des troupes de l'ONU d'Haiti.**

Chaque année le conseil de sécurité de l'Organisation des Nations Unies décide, à partir d'une résolution, de proroger le mandat de la mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haiti (MINUSTAH). La prorogation annuelle se fait toujours malgré toutes les protestations, manifestations, reportages, pétitions, interventions à haut niveau à travers le monde, contre les forces d'occupation de l'ONU en Haiti. Leur rapatriement de grès ou de force, de la part de l'Assemblée Générale de l'ONU, des membres des Etats dans les quartiers populaires, des cas de viol sur les jeunes de deux sexes, de l'implication dans les élections frauduleuses pour élire des députés sans scrupule comme était le cas de Martelly en 2010, le conseil de sécurité n'a rien de faire.

La présence de la MINUSTAH est injustifiable de tout point de vue, même à la lumière de la Charte des Nations Unies (Article 7) qui donne expressément le droit à une intervention, en cas de guerre civile, de protéger ou en cas de menace pour un autre pays. A aucun moment Haiti n'a été en danger avec aucun autre Etat. Il n'y avait donc aucune nécessité juridique pour justifier la mise en application de ce chapitre 7.

La coordination haitienne prend en considération la déclaration de RICARDO SERRATOS disant: « L'ONU applique aveuglément le chapitre 7 de sa Charte. L'ONU ignore les troupes pour mener son agenda de paix en Haiti. L'ONU ne s'abstient pas, elle empêche et refuse d'être un pays responsable pour le mandat annuellement... Il est clair, en 1994 que le cas en 2004 avait justifié l'application d'une force étrangère qui représentait une menace pour la souveraineté du pays.

Après 11 ans d'occupation la situation en Haiti est pire que jamais. La MINUSTAH n'a rien fait, un climat d'autoritarisme et d'insécurité constituent une menace grave à la souveraineté du peuple haitien. Après 11 ans d'occupation dans le pays, l'ONU, après la fin de la mission de stabilisation en 2014, apparaît à abandonner le pays et le retrait progressif de ses troupes de l'Accord de Arrêt des Armements et de Démobilisation des Forces Armées (ADDA) est le résultat de l'abandonnement des victimes du génocide.

Plusieurs pays ont déjà retiré leurs soldats et d'autres s'apprêtent à le faire.

C'est le cas de l'Espagne suite à la visite d'Oxygène au Parlement européen Luis Alegre, au siège des Nations Unies à New York au mois de janvier 2015, pour coordonner le retrait complet, inconditionnel, des soldats de la MINUSTAH. C'est aussi le cas de l'Argentine au mois de mai dernier suite au sommet de Panama, de la Bolivie et de l'Équateur.

**PREMIERS SIGNATAIRES**  
Mouvement de Liberté et d'Égalité des Haitiens pour la Fraternité (MOLEGHAF); David Oxygène - Générale 07; Lucien Dorcel - Ambassadeur Charles; Paul Dominique - Mouvement (Mouvement pour la Liberté des Haitiens) (MLH); Guy Laurent - Recepteur; Mouvement (Mouvement pour la Liberté des Haitiens) (MLH); Mouvement de Libération des Organisations de Base et des Syndicats (MOLOBS); Raymond Darius - Parti (Mouvement pour l'Organisation et le Progrès) (MOPRO); (Mouvement pour la Liberté des Haitiens) (MLH); Journalistes du Printemps (JDP); Jean-Benoît G. - Haiti - Haiti Libre; Journal - Mouvement d'Éducation Citoyenne (MEC); Yves Lambert - GÉNÈVE - Journaliste; PROTEGE - Mouvement (Mouvement pour la Liberté des Haitiens) (MLH); Erik Lambert - GÉNÈVE - Journaliste; LUC - GÉNÈVE - (Mouvement d'Éducation Citoyenne) (MEC); Verité Lambert - KID - Centre Jean-Benoît - Coalition des Troupes Troisième de l'État Haitien (COE); Lucien Dorcel.

Após 11 anos de ocupação, a situação do Haiti é pior que nunca. A Minustah impõe um clima de autoritarismo e insegurança e é um grave atentado à soberania do povo haitiano.

Mais do que nunca nós apelamos uma vez mais à solidariedade internacional – que sempre esteve presente nestes anos – para realizarmos uma grande mobilização continental contra as tropas da Minustah, no período de 9 a 17 de outubro, momento em que a ONU se reunirá para renovar seu mandato.

*(trecho do chamado da Coordenação Haitiana pela retirada das tropas)*

**Assine O TRABALHO PT**  
Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00  24 edições: R\$90,00  24 edições Solidário: R\$150,00

**A partir do nº** \_\_\_\_\_ **Nome:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_

**CEP:** \_\_\_\_\_ **Tel.:** \_\_\_\_\_

**E-mail:** \_\_\_\_\_

Peça sua assinatura por e-mail ou carta  
Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3  
Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo  
Fone/fax: (11) 2613-2232